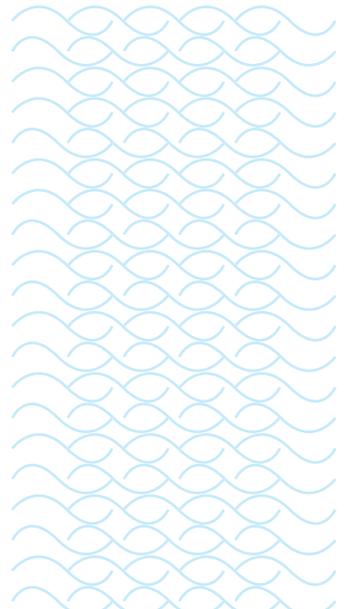
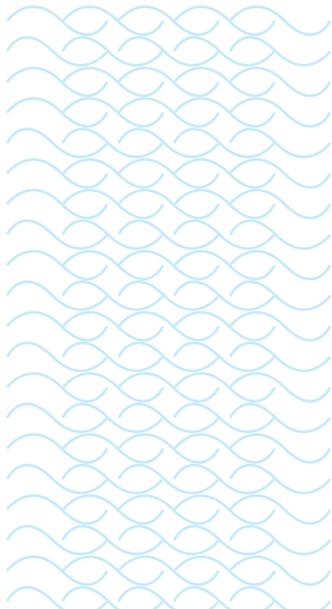


DOSSIÊ



Comunicação e cultura: práticas sociais em debate*

Mauro Wilton de Sousa**

Resumo

O presente texto se coloca no cenário contemporâneo de reconhecimento do protagonismo crescente de atores individuais e coletivos conectados em redes audiovisuais, expressando mediações, desde a hegemonia de questões pessoais, através de debates, demandas e mobilizações na esfera política e cultural, assim como na objetivação de diferentes dispositivos técnicos de tornar efetiva sua concretude. O texto pontua indagações e referências críticas sobre mediações sociais que têm despertado sentido e motivação crescentes à emergência e à consolidação do protagonismo no âmbito da comunicação social, a acentuada presença do compartilhar, a necessidade de sua publicização e consequente atuação política através de inúmeras comunidades virtuais.

Palavras-chave: Protagonismo. Audiovisual. Espaço público. Mundo comum. Compartilhar.

Abstract

The present text is placed in the contemporary scenario of recognition of the growing role of individual and collective actors connected in audiovisual networks. This actors expresses mediations, from the hegemony of personal issues, through debates, demands and mobilizations in the political and cultural sphere, as well as in the objectification of different technical devices to make its concreteness effective. The text points out critical inquiries and references about social mediations that have aroused growing sense and motivation to the emergence and consolidation of the protagonism in the social media, the strong presence of sharing, the need for its publicity and consequent political action through innumerable virtual communities.

Keywords: Protagonism. Audiovisual. Public space. Common world. Sharing.

Práticas culturais em mutação

Durante décadas, os pesquisadores e estudiosos das práticas de comunicação mediática buscaram olhares interpretativos que pudessem ultrapassar a visão do dualismo que os considerava objetos de captura instrumental ou apenas expressão reificada da dominação política ideológica (MARTIN-BARBERO, 1995; CRARY, 2014). São ainda marcantes as demandas e indagações sobre o sujeito oculto nessas mesmas práticas (SOUSA, 1995). É evidente que a disponibilidade técnica de uso cada vez mais generalizado dos meios audiovisuais, especialmente desde o século passado, bem como do contexto cada vez mais

* Data de recebimento: 05/12/2017.

** Mauro Wilton de Sousa: Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestrado em Ciências Sociais pela FFLCH da Universidade de São Paulo, Doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo e Pós-doutorado junto à Université Stendhal de Grenoble, França. Professor e pesquisador junto aos Departamentos de Comunicações e Artes e de Cinema Rádio e Televisão atuou junto aos cursos de Graduação nas áreas disciplinares de Teoria da Comunicação e Metodologia da Pesquisa. Professor Titular da Universidade de São Paulo é desde 2013 Professor Titular Sênior, Coordenador do Programa de Pós-graduação em Meios e Processos Audiovisuais da Universidade de São Paulo.

acentuado da vida no meio urbano industrial, contribuiu com o advento de um ritmo e uma velocidade surpreendentes para a emergência e rápida consolidação da comunicação verticalizada, instalando-se de vez “uma moderna tradição” da indústria cultural. Nessa expansão se desenvolveu a perspectiva de um receptor cada vez mais dependente das grades de programação televisiva e radiofônica, numa sintonia que o caracterizava de diversas formas e razões sob a dominação e a domesticação de valores e práticas simbólicas de subordinação mediática e o surgimento de uma comunicação massiva.

É bem verdade a importância de se considerar o contexto da Modernidade então vigente, na perspectiva de uma racionalidade técnica e instrumental, com os consequentes processos quanto à massificação generalizada, à verticalidade mediática, então assumida nos planos da técnica e da cultura.

No âmbito da comunicação social contemporânea, a expressão do sujeito protagonista ou mesmo de um sujeito em rede, se não é recente, e ainda se desenvolve sob diversas acepções, coloca-se sob diferentes olhares de indagação sobre um *status* há longo tempo buscado, não só nas práticas comunicacionais, como nas condições interpretativas que lhes dão suporte. Não é difícil então indagar se há apenas uma renovação de odres reproduzindo uma compreensão anterior da recepção desde modos antigos de sua compreensão, ou se de fato há indicadores de um processo social e cultural, um vinho novo que alicerça a construção de negociações de valores, na maturação social e política do tecido social onde se dá o processo comunicacional: ou se o protagonismo, na atualidade da comunicação, se presta a rosto de valores de um dualismo conhecido. Atente-se igualmente para o contexto contemporâneo de manutenção da verticalidade do sistema econômico mais amplo, em suas atualizações e reconfigurações, ainda que se ex-

Reconheça-se que o protagonismo em comunicação social nos dias atuais muitas vezes se associa à imagem de um produto de consumo mediático novo e acabado, ou pela súbita emergência de um renascido receptor-ator.

pressando também na esfera dos valores e das tecnologias da comunicação como parceiro de uma pós-modernidade, especialmente se expressando nas justificativas culturais do ser e do ter na mídia social.

Reconheça-se que o protagonismo em comunicação social nos dias atuais muitas vezes se associa à imagem de um produto de consumo mediático novo e acabado, ou pela súbita emergência de um renascido receptor-ator, uma reconfiguração potencializada por todo um novo arsenal de tecnologias que lhe são disponibilizadas como que o tornando finalmente liberto em sua consciência e dos valores de condução de práticas de vida. Em novo modo de convivência individual com as tecnologias, agora a um só tempo verticais e horizontais, e na instigante e sedutora convergência dos espaços das redes sociais e do mundo virtual, pode ter sido criado um sujeito graças apenas à mediação atualizada de

dispositivos técnicos, um sujeito-ator técnico no mundo virtual. Essa imagem de protagonismo em comunicação social pode confundi-lo como produto mediático e mercadológico individual e padronizado na contraposição de um outro olhar, na sua qualificação no âmbito político e cultural, na potencialidade histórica de superar desigualdades que podem de fato possibilitar construir mais do que consumir identidades, reflexão que aqui se aponta: a dimensão de sujeito político.

O uso generalizado do termo e da importância do protagonismo perpassa hoje diferentes âmbitos da vida política e social, ora na perspectiva fundadora e histórica de movimentos e grupos sociais e políticos, mas agora também no âmbito de organizações produtivas e mercadológicas, das empresas como um ideário de sua sustentabilidade e produtividade.

Para Abraão Filho (2017, p. 64), “o exercício da comunicação tecnológica, em diversas modalidades e contextos, é diretamente associado ao sucesso biopolítico, à vida bem-sucedida, na medida em que permite ao indivíduo investir e potencializar suas próprias capacidades”.

Ele observa, ainda, a importância nesse processo de uma convocação discursiva/institucional, pela apropriação de novas tecnologias comunicacionais e de sua capacidade interativa: “compartilhe, curta, mostre-se e expresse sua subjetividade”.

Gohn (2004, p. 22), ao abordar a evolução histórica dos movimentos sociais no Brasil, indica que o tema do empoderamento da comunidade subentende que ela seja protagonista de sua própria história, envolvendo o processo de mobilização que a impulsiona, mas se refere também à busca de integração de excluídos, perspectiva política e cultural que se realiza no espaço público: uma dimensão política.

No contexto da sociedade urbano-industrial pós-moderna, o protagonismo também se confunde com um novo cenário prospectivo da atualidade do prazer de viver, espalhando-se não só para práticas de organização do trabalho e dos objetivos de produtividade, mas para um cenário que o configura como eixo de um ideário do novo modo de ser e de viver em sociedade, do estar junto conectado, da superação de limites que se manifestam inclusive nas práticas mais imediatas da vida esportiva, religiosa, político-partidária.

Mais do que objetivar o direcionamento de sentidos que sustentam e que motivam o ideário do compartilhar a busca de um possível mundo comum, ou seja, a direção mesma prevista e desejada do protagonismo em suas atuais diferentes expressões na contemporaneidade, aqui se aponta o modo como se dá a confluência de dinâmicas que envolvem essa mesma centralidade na perspectiva de um mundo compartilhado, dinâmica que lhe atribui um poder simbólico, proposto e assegurado sob diversos ângulos: ora pela multiplicidade e pluralidade de dispositivos técnicos disponibilizados, ora pelo reconhecimento de seu lugar e sua atuação simbólica na criação de novos mecanismos da interação social e de comunidades, ora pela sua presença no espaço público social mais do que no político, proporcionando razões para fazer da visibilidade da imagem técnica e dos dispositivos audiovisuais expressão de consolidação de um certo mundo comum. Essa dinâmica talvez possa ajudar a compreender, em seu tempo histórico e contextual, o que no atual configura-se uma indagação: qual é o sentido que se coloca como valor que sustenta um modo comum de ser e viver?

Virtualidade real e realidade virtual

Castells (apud WERNECK, 2014) aponta a contextualidade que desafia a compreensão do lugar da técnica na contemporaneidade e que não só possibilita a hegemonia da *virtualidade real*, mas que se insere na interação social como dimensão política de um direito que passa a existir na vida social, como que responsabilizando-a pela emergência de um novo espaço, ou por onde essa mesma interação social hoje se potencializa como realização necessária.

O debate sobre o lugar da técnica tem inúmeros pontos de vista que se reportam ao advento do rádio e da televisão, indicando a não autonomia desses suportes, mas destacando seu poder de regulação.

Entende-se a oportunidade das observações de Monteiro (1996, p. 104), quando adverte sobre essa dimensão política da técnica e de seu lugar social:

A reivindicação (e o reconhecimento) de direitos supõe, em princípio, que os atores sociais se sintam parte de uma sociedade política mais abrangente do que aquela definida pelo seu pertencimento à rede de sociabilidades primárias (família, etnia, religião, etc.). Talvez esteja aí um dos nós górdios da questão da democracia do mundo contemporâneo: o enfraquecimento da capacidade dos sistemas democráticos de gerar sentimento de pertencimento a coletividades mais abstratas organizadas em torno de reconhecimento de direitos.

A interação social mediada pelos dispositivos técnicos, desde a escrita e das possibilidades da fala, tem hoje na internet a oportunidade de construção de um mundo, se não ambivalente e dual e de múltiplas opções, por onde o protagonismo dos atores sociais pode se resumir à capacidade de se conectar apenas para experimentar e vivenciar essa mesma diversidade de espaço e tempo.

Marcondes Filho (2012, p. 198) entende que enquanto processo interativo não há como compatibilizar dois fenômenos que são estranhos um ao outro:

A tecnologia irá aprimorar cada vez mais suas máquinas de reprodução do real. A tela nos trará brevemente não apenas o texto da pessoa com quem conversamos mas também sua voz e sua imagem, em tempo real e em alta definição, igual a que temos no contato físico e direto, ou ainda melhor do que ela. Mas a variável tecnologia ainda estará presente e continuará a criar uma relação diferente entre mim e o outro. Isso porque o componente da experiência comunicacional deixa de estar presente: a cena, a atmosfera, o clima, o espaço entre a dimensão invisível mas operante do terceiro elemento, espaço de jogo de energias, de fluxos, espaço de circulação de fantasmas. A eletrônica limpa tudo isso, remove a mística do encontro e nos permite a fala sem mediações metafísicas. Ela torna o mundo um encontro asséptico, purificado, livre mas seguramente menos rico e enigmático que a comunicação interpessoal.

O debate sobre o lugar da técnica tem inúmeros pontos de vista que se reportam ao advento do rádio e da televisão, indicando a não autonomia desses suportes, mas destacando seu poder de regulação, não apenas no tempo e no espaço interativo na vida cotidiana, mas exercendo de fato um poder disciplinar, propiciando um isolamento e uma neutralização dos indivíduos e a conseqüente indisponibilidade para uma interatividade não regulada pela mesma técnica. O advento e o uso generalizado dos dispositivos que possibilitam a internet e as redes sociais na contemporaneidade romperiam com esse confinamento em múltiplas dimensões, indicando o potencial do agente protagonista, seu poder de escolha e uma individualidade compartilhada, uma experiência de uma sociabilidade mediada pela técnica e perpassando a virtualidade sem fronteiras de um conflito necessário desses mundos da realidade. Crary (2014, p. 130) reconhece o que tantos outros já indicaram, ou seja, que as fases do capitalismo neoliberal contemporâneo estão desde sempre associando técnica e sociedade pelo viés da comunicação, elementos que se interpõem e que são fundamentais para se considerar a não autonomia da técnica, mas também dos atores que se colocam como receptores mediáticos desde sua conectividade, mas adverte:

Se o objetivo é a transformação social radical, as mídias eletrônicas em sua forma atual, amplamente disponíveis, não são inúteis, mas apenas quando são subordinadas a lutas e encontros que ocorrem em outros lugar. Se as redes não estão a serviço de relações já existentes, forjadas a partir de experiências compartilhadas, apenas reproduzirão e reforçarão as segregações, a opacidade, as dissimulações e o interesse próprio inerentes a seu uso. Qualquer turbulência social cujas fontes primárias estejam no uso de mídias sociais será de modo inevitável, historicamente efêmera e inconsequente.

Traduz-se aqui a relação que hoje se coloca visível e conflituosa desde a rua e o mundo virtual, as formas de interação envolvendo não mais a diluição de fronteiras entre o público e o privado, o individual e o coletivo, o comum e a comunidade, em que o protagonismo não confunde mais esses mundos e não se limita mais ao ato de escolha, mas à perda do medo de si mesmo e de sua objetivação e de que fala Castells (apud Werneck, 2014): “[...] internet é a liberdade, o medo de perdermos o medo juntos [...]. Viver na internet tem um perigo: nós mesmos”.

Essas advertências vêm em abono de uma informação já consagrada em tantos estudos, indicando que a não autonomia do processo comunicacional social não significa delimitá-lo dependente da técnica, ou limitá-lo a um processo artificial de preenchimento do vazio do ser humano (FLUSSER, 2007, p. 88).

O comum compartilhado

O tema do compartilhamento, em acepções que perpassam o ato de dividir, repartir, comungar está presente mais do que nos espaços publicitários e se introduz como uma marca conceitual distintiva que busca situar e propor para as pessoas para além de uma indivi-

dualidade confinada em si mesma ou no uso dos meios, ou mesmo nas organizações e no consumo, a busca de uma atuação que se confunde com o pressuposto de um comum que aglutina e que se traduz em comunidades. Termos e conotações advindos das ciências sociais e revisados ou aplicados hoje de forma generalizada têm em suas diversas acepções o pressuposto do “estar junto”, motivados por ideais e causas aglutinadores, ainda que não materializados necessariamente no espaço de territórios físicos, mas em uma territorialidade simbólica passível de articulação de materialidades e valores de referência.

—

A territorialidade física presente como componente da comunidade em sua acepção antropológica original se desloca aqui para uma territorialidade simbólica que seja capaz de ser enraizada na prática virtual e que se expresse como valor que agregue e possa transitar, dir-se-ia, entre rua e o virtual.

—

Quéré (1991, p. 76-77), na perspectiva da ação social, advoga a comunicação como um processo de publicização voltado à construção de um mundo comum ou seja:

[...] atividade conjunta de construção de uma perspectiva comum, de um ponto de vista compartilhado, base de inferência e de ação [...] definição que se aplica tanto à comunicação habitual como à comunicação social no cenário público (ou a construção de uma perspectiva comum sobre os acontecimentos é o objeto de uma ação coletiva).

Esse posicionamento conceitual faz inferir um rigoroso critério para se justificar o protagonismo não circunscrito ao ato mesmo de conectividade técnica, ainda que individual, mas atento a uma relação aglutinadora de um valor que se torna comum e que deriva em participação e compromisso. A territorialidade física presente como componente da comunidade em sua acepção antropológica original se desloca aqui para uma territorialidade simbólica que seja capaz de ser enraizada na prática virtual e que se expresse

como valor que agregue e possa transitar, dir-se-ia, entre rua e o virtual. Mais do que apenas na materialidade do mundo da informação e do entretenimento, o protagonismo se coloca como dimensão política de inserção no tecido social, de um valor buscado coletivamente, independentemente de intenções individuais, e diria ainda Quéré, “a incorporação institucional de *‘voir comme’* ou um *‘compter pour’*”. Uma comunidade, pois, não enquanto comunhão, mas como um acontecimento político, para além de uma dimensão apenas fática de circunstâncias.

Rancière (2009, p. 15), ao tratar da junção entre práticas estéticas e práticas políticas, indica de modo semelhante o peso do que denomina de *evidências sensíveis* para dar conta dessa intencionalidade voltada para o comum, para efetiva realização do compartilhado:

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um comum dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa portanto, ao mesmo tempo, um comum compartilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha.

Se na proposição de Quéré, o mundo comum tem na necessidade de que seja partilhado em sua construção o seu elemento definidor, uma ação coletiva resultante dessa partilha, não enquanto convergência de pontos de vista, pensamentos e opiniões, mas de criação conjunta desse mesmo espaço relacional a ser vivido, em Rancière, ainda que sob outros pressupostos, a efetiva ação do comum tem na partilha, nos recortes e partes, mas especialmente em espaços, tempos e atividades, formas e modos como “um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nesta partilha”.

Preconiza-se assim que essa construção social da realidade assim buscada se realiza como uma organização do coletivo no espaço público, envolvendo os indivíduos, suas ações e estados emocionais, as entidades e suas referências de classes, nações e mentalidades (QUÉRÉ, 1991, p. 86), e tanto quanto espaços, tempos e atividades, mas não só se fundam em um lugar como também pressupõem a comunidade (RANCIÈRE, 2009, p. 15).

O comum como acontecimento

Quéré (2005, p. 71) entende a comunicação como um acontecimento, ou seja, “um palco de encontro, interação, confrontação e determinação recíproca”, propiciando a objetivação consequente de espaços de negociação e de superação da realidade. Essa dimensão política do acontecimento, buscando equacionar a forma como a política que sustenta o ruído entre o visível e o invisível se traduz em práticas diversas, diria ele, de manifestações estéticas, comunicativas e políticas. O comum então se manifesta como resultante construído.

Ainda que sob outro olhar, pode-se ver o acontecimento como essa atividade de reação transformadora, nos âmbitos social e político, na perspectiva de Beaud (1985), ao centralizar a análise do pertencimento na constatação de que na sociedade contemporânea o social vem encontrando sua autonomização, força e secularização. À medida que aumentam as demandas sociais e à medida que o Estado se mostra incapaz de atendê-las, não só os atores institucionais vivem o conflito das demandas propostas e não atendidas, como toda a estrutura do político passa a depender desse conflito gerado a partir do social, salientando-se a necessidade da estratégia da negociação. É esse processo entre o social e o político que Beaud denomina de ampliação de fronteiras: o social permeia o político ao mesmo tempo que o cultural, e se expressa como constituinte da esfera pública ao mesmo tempo que da esfera privada e familiar, indo até as novas formas de socialização e que se colocam como a própria expressão do conflito, base da democracia (apud SOUSA, 2014, p. 281).

Entende-se então a afirmação de Toro e Werneck (apud MAFRA, 2006, p. 34): essa perspectiva política do protagonismo como um processo de negociação de valores, para além de apenas uma inserção pontual em grupos e comunidades físicas e virtuais, se traduz no conseqüente envolvimento participativo, de mobilização e atuação por aquilo que como causa e valor justifica o estar junto nessa dimensão mesma de comunidade.

**A perspectiva de um
comum aglutinador
de práticas sociais,
como que visualizando
a condução e a
possibilidade de seu
exercício, pode ser vista
como reforçando uma
visão de organização e
equilíbrio funcional das
partes de um corpo social.**

[...] mobilização social é muitas vezes confundida com manifestações, com a presença da pessoas em uma praça, passeata. Concentração. A mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objetivo comum, buscando quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos.

Mafra (2006, p. 34) salienta que a mobilização pode ser reconhecida como um ato de comunicação, porque envolve o compartilhamento de discursos, visões e informações, e, por isso, exige ações de comunicação em seu sentido amplo. “Convocar vontades” e compartilhar “sentimentos, conhecimentos e responsabilidade” pressupõe conversa, troca, partilha intersubjetiva, interação”.

O protagonismo em comunicação se delinea, pois, como atividade e estratégia de negociação da presença participativa no universo simbólico e cultural mediado também pelas mídias, uma atividade político-cultural. Têm sentido as observações de Castoriadis (apud MIÈGE, 2009, p. 9): “Mas o conjunto técnico ele mesmo está privado de sentido, técnico ou qualquer que seja, se o separamos do conjunto econômico e social”.

As práticas sociais significariam os modos e razões que se estruturam como sentidos que configuram a relação técnica-sociedade. Estaria então subentendido que estão em evidência não só as relações sociais mas os sentidos – e como tal, o comum de percepção dessas mesmas relações, a percepção do mundo.

O espaço público e o mundo comum

A perspectiva de um mundo comum se reporta especialmente a Hannah Arendt (2009). No contexto de crítica ao totalitarismo e de suas implicações no mundo moderno, ela entende que a dissolução do espaço que então se deu significou a perda de “um mundo comum”, que articula os homens numa trama visível feita por fatos e eventos tangíveis em seu acontecimento e que se materializa na comunicação intersubjetiva através da qual as opiniões se formam e os julgamentos se constituem.

Telles (1990, p. 28) acentua que, para Hannah Arendt: “A história do mundo moderno poderia ser descrita como a história da dissolução do espaço público, por onde se expressava ‘um sentido cidadão de participação’ e através do qual os homens podiam se reconhecer compartilhando de um destino comum”. Nesta formulação, ela está, claramente, tematizando a sociedade moderna, construindo as figuras de uma sociedade despolitizada, marcada pela indiferença em relação às questões públicas, pelo individualismo e atomização, pela competição e por uma instrumentalização de tudo o que diz respeito ao mundo, de tal forma que nele nada permanece como valor. Como limite para uma ação que transforma tudo em meros fins para seus objetivos.

Argumentando que tudo o que vem a público pode ser visto e ouvido por todos, ela atribui à aparência e à visibilidade os traços do espaço público a ser construído pela ação e pelo discurso.

Entende-se por que essas dimensões de aparência e visibilidade são propostas quando se reporta ao que ela entende como sendo as perdas históricas então vividas na incapacidade de experienciar o mundo como realidade e valor; a perda do espaço público significaria a privação de um mundo compartilhado de significações a partir do qual a ação e a palavra de cada um podem ser reconhecidas como algo dotado de sentido e eficácia na construção de uma história comum, e finalmente a perda de um espaço reconhecido de ação e opinião, a perda da liberdade que para ser efetivada exige um espaço praticamente organizado.

Telles (1990, p. 30) aponta que, na perspectiva daqueles que fazem a experiência da sociedade, é a pluralidade dos pontos de vista que confere certeza ao que existe, sem que esta certeza se desdobre em uma identidade que anularia as diferenças sob o signo de uma única opinião. Essa pluralidade, portanto, leva ao senso comum. Enquanto condição de comunicação intersubjetiva, constrói as referências e as evidências a partir das quais as experiências pessoais e subjetivas podem ser confirmadas na sua validade, retirando-as dessa “incerta e obscura” que o encapsulamento em uma vida exclusivamente privada acarreta.

Essa perspectiva contrasta com outras que desde a cultura e a biopolítica se colocam na reconfiguração do que se entende e como se vivencia a perspectiva da relação entre a comunicação, já envolvida na sua estrutura semântica com essa dimensão de ação compartilhada, tanto quanto a cultura, espaço de qualificação e visibilidade desses valores desde o comum como valor fundante que assegura essas práticas.

Outras posturas interpretativas que buscam na contemporaneidade visualizar esse centro valorativo do ser e do viver, individual e coletivo, se colocam sob eixos que apontam para olhares diferentes.

A perspectiva de um comum aglutinador de práticas sociais, como que visualizando a condução e a possibilidade de seu exercício, pode ser vista como reforçando uma visão de organização e equilíbrio funcional das partes de um corpo social. O mesmo se dá quando o valor que orienta e dá sentido às práticas antecede as próprias práticas, como que um princípio organizador de práticas, e toda, na perspectiva de meios e fins, uma racionalidade mediada desde o interesse que as motiva e pressupõe.

Andrea Semprini (1999, p. 30) indica a emergência da epistemologia multicultural como uma reação ao dualismo cartesiano e ao pensamento positivo e como tal defendendo a autonomia do fato linguístico, a especificidade do conceito de cultura e seu papel na construção dos fatos sociais. A epistemologia multicultural que então se delineia indica que a realidade é uma construção, as interpretações são subjetivas, os valores são relativos, o conhecimento é um fato político. Essa reconstrução do espaço comunicacional-cultural abrange outras dimensões como a teoria do sujeito, o peso dos fatores socioculturais, a ênfase sobre a dimensão simbólica da ação, a valorização da diferença ou a importância da interioridade. Questões essas que solidificaram uma prática interpretativa sobretudo quanto aos objetos e estratégias de sua visualização.

—

A epistemologia multicultural que então se delineia indica que a realidade é uma construção, as interpretações são subjetivas, os valores são relativos, o conhecimento é um fato político.

—

Safatle (2016, p. 17) entende que o multiculturalismo baseado inicialmente no reconhecimento da diversidade cultural, própria das sociedades multinacionais, acabou colocando o problema do reconhecimento de identidades culturais como seu problema fundamental, não se adaptando ao que ele denomina de nosso “campo de diferenças”, não só “diferentes”, mas simplesmente irrepresentáveis, objetos de perpétua exclusão.

Nessa defesa de uma perspectiva crítica da cultura, Safatle acentua ainda para o risco de esvaziamento dos conflitos sociais por meio da cultura – “o espaço do político não deve ser marcado pela afirmação da diferença, mas pela indiferença absoluta com a relação à qualquer exigência identitária” (2016, p. 31).

As reflexões até aqui apresentadas indicam aspectos marcantes de posturas, entre outras, que se voltam para compreensão contemporânea de como comunicação e cultura se realizam em práticas sempre arraigadas em territórios não mais físicos e circunscritos a valores locais, mas a um episteme que os leve para um território mais amplo e que na verdade os reporte em sua visibilidade ao âmbito necessário de outros paradigmas, quem sabe outros protagonismos e compartilhamentos, esfera política da comunicação e da cultura.

As dimensões contemporâneas do protagonismo em todos os espaços sociais onde busca sentido retomado indicam contexto de novas práticas culturais em andamento, mas evidenciam mais uma vez como o substrato a motivá-lo se perde ou se renova no contexto de uma participação no espaço público de uma sociedade onde ainda importa indagar o sentido, a razão e a motivação, para além de apenas estimulá-lo e desenvolvê-lo.

Referências bibliográficas

- ABRAÃO FILHO, C. Crítica do empowerment dromocrático. In: TRIVINHO, E. (Org.). *A explosão do cibermundo*. São Paulo: Annablume, 2017.
- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- CRARY, J. *24/7 – Capitalismo tardio e os fins do sono*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- FLUSSER, V. *O mundo codificado*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- GOHN, M. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Revista Saúde e Sociedade*, v. 13, n. 2, 2004.
- MARCONDES FILHO, C. A comunicabilidade na rede: chances de uma alteridade medial. *Revista Significação*, São Paulo, ano 39, n. 37, 2012.
- MAFRA, R. *Entre o espetáculo, a festa e a argumentação – mídia, comunicação estratégica e mobilidade social*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- MARTIN-BARBERO, J. América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social. In: SOUSA, M. W. *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- MIÈGE, B. *A sociedade tecida pela comunicação*. São Paulo: Paulus, 2009.
- MONTEIRO, P. Cultura e democracia no processo de globalização. *Novos Estudos Cebrap*, n. 44, mar. 1996.
- NEGRI, A.; HARD, M. *Declaração – Isto não é um manifesto*. São Paulo: N-1 Edições, 2016.
- QUÉRÉ, L. D'un modele epistemologique de la communication a une modele praxeologique. *Reseaux*, n. 46-47, 1991.
- RANCIÈRE, J. *A partilha do sensível*. São Paulo: Ed. 34, 2009.
- SAFATLE, V. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2016.
- SOBOTTKA, E. A. *Reconhecimento, novas abordagens em teoria crítica*. São Paulo: Annablume, 2015.
- SOUSA, M. W. O pertencimento e o espaço público nas práticas de recepção mediática. In: SOUSA, M. W.; CORRÊA, E. S. *Mutações no espaço público contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 2014.
- SOUSA, M. W.; CORRÊA, E. S. *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- _____. *Mutações no espaço público contemporâneo*. São Paulo: Paulus, 2014.

TELLES, V. S. Espaço público e privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. *Tempo Social – Rev. Sociol.* USP, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 23-48, 1. sem. 1990.

WERNECK, P. Somos anjos e demônios na internet, diz sociólogo. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 12 jun. 2014, Ilustrada.